

VIAJANTES, SÉCULO XIX: NEGRAS ESCRAVAS E LIVRES NO RIO DE JANEIRO

Maria Isaura Pereira de Queiroz*

RESUMO

As narrativas dos viajantes podem ser particularmente proveitosas quando se trata de levantar as primeiras questões num campo ainda pouco ou nada explorado, como é o das relações entre mulheres negras e mulatas no Brasil, no séc. XIX. Busca-se mostrar a utilidade deles, por um lado; por outro, revelar que no interior da camada escrava havia níveis diversos; e ainda chamar a atenção para o relacionamento entre mulheres negras e mulatas livres e escravas, isto é, o relacionamento no interior da mesma coletividade étnica, quando diferenciada segundo os estratos sociais.

Viajantes — Escravas — Etnias — Preconceito racial — Estratos sociais

Introdução

Os estudos sobre negros e mulatos no Brasil falam neles de um modo geral, como se compusessem um agregado uniforme e como se não existissem outros problemas a serem encarados de um ponto de vista sociológico, a não ser o da opressão dos senhores, a violência, a transformação deles em seres à parte do mundo dos brancos. No entanto, não houve na verdade no país nenhum agregado monolítico de africanos,¹ e mesmo no interior da camada escrava, vários estratos sociais existiam, além das diferenças de posições individuais e personalizadas.² Seria interessante uma pesquisa que buscasse delinear os níveis

(*) — Professora-Adjunta do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e Diretora-Presidente do Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

(1) — PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888. *Revista de História*, São Paulo, 1 (2), abr./jun. 1950.

(2) — PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Escravos e mobilidade social vertical em dois romances brasileiros do século XIX. *Cadernos Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, São Paulo, n. 9 out. 1976. 1.^a série.

existentes no interior da camada escrava, os comportamentos a eles ligados, assim como as posições de negros e mulatos livres, integrados em variadas camadas da população.

Uma outra questão a investigar seria a da condição das mulheres negras e mulatas, livres ou escravas, no meio urbano e no meio rural. A mulher branca de camada elevada tem sido alvo de alguns poucos estudos que tentam diagnosticar, através de paciente busca em arquivos ou em obras publicadas, qual seria na realidade sua maneira de pensar e agir. Coloca-se em questão o que se afirmou até hoje sem maiores pesquisas, e as descobertas têm sido interessantes.³ Se a mulher branca do século XIX relativamente pouco tem chamado a atenção dos estudiosos, as mulheres negras e mulatas, livres ou não, permanecem fora do interesse dos pesquisadores em Ciências Sociais. O presente texto procura uma primeira aproximação desse tema, que na verdade deveria ser elucidado através de uma ampla sondagem nos mais variados documentos: memórias, correspondências familiares, romances, notícias de jornais. Entre tantas fontes, sem dúvida os relatos dos viajantes que no século XIX percorreram o Brasil constituem um acervo que não deve ser desdenhado. Eles podem fornecer as primeiras pistas para estudiosos, levantando questões que mais tarde mereceriam outras investigações mais longas e cuidadosas.

Antes de começar o trabalho, há que indagar da validade das informações oferecidas por eles. Diz-se em geral que descreveram de maneira idílica a vida na sociedade brasileira da época, dando a entender que a brandura e a amizade dos senhores suavizavam os sofrimentos da escravidão. Teriam deixado de registrar opressões e desmandos, ou por não os terem realmente captado numa estada muitas vezes das mais breves, ou porque se sentiam tolhidos de fazer acusações contra os senhores que os haviam acolhido com tanta gentileza. É possível que assim seja. Mas não se deve descartar todo um conjunto de informações sem antes verificar se é ou não digno de crédito. E o melhor caminho é comparar as informações entre si, e cotejá-las igualmente com outras de fontes diversas.

Trata-se de um trabalho longo, que não será empreendido aqui. Apenas se pretende, nestas linhas, desvendar alguns aspectos dessa parte da população tão pouco conhecida, constituída por negras e mulatas, tanto escravas quanto livres. Diante da premência do tempo, optou-se por utilizar a Antologia coligida por Miriam Moreira Leite⁴ sobre a condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX, colhendo nessas páginas somente aquilo que se referia ao segmento étnico da sociedade que se queria investigar.

A respeito da validade dos relatos dos viajantes, Miriam Moreira Leite observa: "a percepção do visitante estrangeiro está mais aguçada por suas experiências anteriores que a da maioria dos habitantes". O autóctone, que sempre viveu naquela realidade social, "freqüentemente dá por suposto, toma como natural, uma situação ou relações sociais que, para o estrangeiro, aparecem com maior nitidez, por comparação com as suas maneiras de viver o cotidiano". Com relação à mulher, muito especialmente, o espaço por ela ocupado "em seus diferentes papéis na vida cotidiana, apagava-se para os habitantes, enquanto despertava o interesse do visitante. A comparação com a situação

(3) — BERNARDES, Maria Thereza Crescenti. *Mulheres educadas*: Rio de Janeiro do Séc. XIX (1840-1890). Tese de Doutorado em Ciências Sociais, USP, 1983. Atualmente no prelo, será brevemente lançado o livro pela Editora T.A. Queiroz.

(4) — MOREIRA LEITE, Miriam. *A condição feminina no Rio de Janeiro. Séc. XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros, São Paulo/Brasília, Hucitec/Inst. Nac. do Livro/Fundação Nac. Pró-Memória, 1984. Veja também da mesma autora juntamente com Maria Lúcia de Barros Mott e Bértha Kauffmann Appenzeller *A mulher no Rio de Janeiro no séc. XIX*: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982.

equivalente em seu local de origem, lhe permite consciente ou inconscientemente, uma percepção menos parcial.”

Acresce ainda, diz a autora, que “a literatura de viagem do séc. XIX, como um todo, raramente perdeu o seu caráter de testemunho de uma experiência vivida — *condição essencial das fontes primárias*”. Além disso, os viajantes, em seus relatos, oferecem “uma apresentação global das condições de vida da população visitada”, de tal modo que a compreensão de detalhes, como a da posição social específica das mulheres, ganha outro relevo. Nesse caso, “a preocupação em relatar as ocorrências e as observações a respeito das relações entre as pessoas, nos locais visitados, dia após dia; os obstáculos interpostos aos contatos com a população e as sensações provocadas por tais contatos deixam aflorar informações e representações sobre a condição da mulher, seus relacionamentos, seu preparo, suas atividades e sua participação social”.⁵

Se para as mulheres do século XIX em geral estas observações são inteiramente válidas, muito mais importantes se tornam quando se trata daquele elemento inexistente em suas sociedades de origem, isto é, as mulheres negras e mulatas, fossem elas escravas ou não. Elas constituíam o mais exótico dos aspectos para os viajantes — todos eles europeus —, e seria de esperar que não faltassem em suas narrativas.

Não se pense que para esclarecer o modo de vida desta parte da população a consulta aos viajantes seria largamente suficiente e poderia suprir outros documentos. Em sociologia, o confronto entre informações provenientes de diversas origens permite que a análise se apóie com segurança em observações convergentes, tendo como resultado inferências mais seguras. Não quer isso dizer que se devam afastar observações controvertidas, ambivalentes, ambíguas como inúteis; pelo contrário, elas aguçam a curiosidade, pois certamente incertezas, dúvidas, oposições escondem algo subjacente que interessa conhecer. Na verdade, em sociologia, nenhuma fonte de dados deve ser utilizada como *única*.

Miriam Moreira Leite não deixa de advertir também que a informação se torna “precária ou, pelo menos, vulnerável, quando (o viajante) tenta interpretar as relações e as instituições sociais”. Relações e instituições que, em geral, diversas das que lhe são familiares, não lhe permitem uma apreciação conforme o real. Em verdade, a percepção do nacional pelo viajante “ocorre através de atitudes culturais estabelecidas anteriormente”, pois ele traz “a postura do civilizado diante de uma população *atrasada*”. Identificado, consciente ou inconscientemente com sua civilização, em que a avaliação das atividades e das aspirações era feita através de uma visão já econômica do mundo, esta maneira de pensar provavelmente agiria como uma fonte certa de desencontros e mal-entendidos.⁶

Todas estas observações não invalidam a utilização das informações veiculadas pelos viajantes, mas sugerem que cuidados devem ser tomados ao se recorrer a eles. Pode-se pensar mesmo que, mais ainda do que os documentos nacionais, poderiam eles revelar, com detalhes insuspeitados, o “outro” tão estranho constituído pelos nacionais com que se defrontavam. Além disso, suas narrativas podem ser particularmente proveitosas quando se trata de levantar as primeiras questões num campo de estudo ainda pouco ou nada explorado, como é o da posição social, comportamentos, relacionamentos com os brancos, da mulher negra e mulata, no decorrer do século XIX.

Neste texto procurar-se-á justamente utilizar os viajantes para um primeiro contato com o universo constituído por mulheres negras e mulatas, livres e escravas, no Rio de Janeiro do século XIX. A Antologia, de que Miriam Moreira

(5) — MOREIRA LEITE, 1984. p. 18-20.

(6) — MOREIRA LEITE, 1984. p. 21-22.

Leite em muito boa hora foi a organizadora, serve de base para uma primeira indagação a esse respeito; o que se busca é saber se tais documentos encerram informes esclarecedores ou não. Trata-se de uma miniinvestigação preliminar, nar, que talvez possa desvendar indicações para futuros aprofundamentos. Além do campo que se procura conhecer, algumas reflexões a respeito de relatos dos viajantes talvez surjam também, esclarecendo suas opiniões e posições diante de uma realidade tão distante daquela de que tinham experiência. Nenhuma conclusão, nem mesmo parcial, poderá ser extraída de uma aproximação preliminar como é esta; porém parte-se do princípio de que é sempre útil sondar o terreno antes de empreender aventuras mais arriscadas.

1. Os viajantes

Miriam Moreira Leite chama a atenção para o fato de que, dos viajantes analisados, somente um teve como objetivo refletir sobre a condição feminina no país que percorriam, ou em que pretendiam se instalar; os demais se interessaram em descrever a vida cotidiana do Rio de Janeiro,⁷ comparando-a de forma ora manifesta, ora inconsciente, com sua própria sociedade. São, pois, verdadeiros testemunhos a respeito do que encontravam; e os registraram alguns em diários de viagem, outros em correspondência, outros ainda em relatórios; muitos deles somente de volta ao seu país de origem empreenderam a redação do que vivenciaram. Mas todos têm em comum o depoimento vivo, "a narrativa do que efetivamente ocorreu e se conservou na memória".⁸

Notou Miriam Moreira Leite que muitos viajantes "ignoram a existência de filhas de imigrantes pobres, das mulatas e negras livres, enquanto outros não as classificam como mulheres ou nem sempre são capazes de levar em conta as contradições da vida paralela das diferentes camadas sociais";⁹ preferencialmente figuram em seus relatos as mulheres brancas de camada abastada. No entanto, estas conviviam com as de outra condição e não era possível descrever o modo de vida das senhoras de posses sem mencionar seu relacionamento com estas últimas. A atenção e a falta de atenção dos viajantes passam a ser dados significativos, tanto em relação à sociedade com que se defrontavam quanto em relação a eles mesmos e ao mundo de que provinham.

Dessa forma, seguindo as observações de Miriam Moreira Leite em suas primeiras páginas, decidiu-se proceder à coleta de informações existentes em sua Antologia. Foram retidos aqueles que se referiram às mulheres negras e mulatas em seus depoimentos; os demais foram descartados por exorbitarem do campo de trabalho.

Numa investigação mais aprofundada do que esta simples pesquisa-piloto, a primeira indagação a ser feita seria: quem foram os viajantes que estiveram no Brasil no século XIX? Não se pretende esclarecer esta questão, que a extensão de uma pesquisa-piloto não comporta. Porém Miriam Moreira Leite, ao li-

(7) — Escolheu-se analisar os viajantes que estiveram no Rio de Janeiro justamente porque se tinha à mão este interessante instrumento de trabalho que é a Antologia organizada por Miriam Moreira Leite. Torna-se indispensável um levantamento em todos os viajantes que percorreram o Brasil na época, porque se poderá avaliar a semelhança ou não do tratamento voltado para os africanos nas diversas regiões.

(8) — MOREIRA LEITE, 1984, p. 20.

(9) — MOREIRA LEITE, 1984, p. 22. Ela chama a atenção para o único, no elenco, que pretendeu realmente analisar o comportamento feminino: Trata-se do francês Charles Expilly, que esteve no Brasil em 1853 e em seguida escreveu dois livros: *Le Brésil tel qu'il est*, que não parece ter sido traduzido; o segundo livro intitula-se *Mulheres e costumes do Brasil*, com tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva, editado em S. Paulo pela Cia. Editora Nacional em 1935. Este livro foi considerado "escandaloso" tanto na época da publicação quanto na da tradução, pois o autor se comprazia em descrever tudo quanto a seu ver desabonava a sociedade em que havia permanecido algum tempo.

dar com todos aqueles que fizeram referências à condição feminina no Rio de Janeiro, notou que sua proveniência era variada: salientaram-se os ingleses, depois os franceses, os americanos, os de origem germânica, em ordem decrescente de quantidade, havendo também alguns russos, dinamarqueses, suecos, belgas e italianos. Profissionalmente, foram também muito díspares. Como lembra Miriam Moreira Leite, após a abertura dos portos, no início do século XIX, "famílias de comerciantes já tinham vindo constituir colônias estrangeiras na cidade e no interior do Rio de Janeiro"; elas agiram como importantes fatores da "reeuropeização brasileira", pois trouxeram para o país "padrões da burguesia endinheirada" da Europa, que assim se implantavam numa sociedade ainda largamente colonial. A supremacia então exercida pelo Império Britânico se refletiu certamente na maior quantidade de viajantes ingleses; e já então tentavam rivalizar com ele, em difusão comercial pelo mundo afora, a França, os Estados Unidos, a Alemanha¹⁰ — isto é, justamente os que se apresentaram como os mais numerosos. Todavia, outros profissionais também aqui se implantaram além dos comerciantes: "naturalistas e artistas, oficiais de marinha e diplomatas, mais tarde aparecendo também engenheiros, agrimensores, técnicos de variada especialização, assim como educadores e principalmente educadoras".¹¹

Sem dúvida, o conhecimento mais detalhado deste conjunto de autores seria importante para se avaliar melhor o interesse de suas observações. As diferenças de idioma, de etnia, de nível sócio-econômico concorriam para dificultar os contatos e a compreensão, por eles, dos comportamentos dos brasileiros. Podendo-se saber a instrução, a classe social, os motivos da vinda ao Brasil, quanto tempo aqui haviam estado e em que época, ter-se-ia uma idéia mais clara das informações que procuravam transmitir em seus relatos. Todas estas observações são válidas para uma pesquisa mais aprofundada, mas seriam demasiadas no caso presente.

Havia suposto Miriam Moreira Leite que as mulheres-autoras, embora muito pouco numerosas, apresentariam em seus livros um material mais rico, por se identificarem talvez com as mulheres da população visitada; porém tal não sucedeu, e seus relatos não contêm maior soma de informações do que os relatos masculinos. Foram 22 as viajantes encontradas; destas, apenas 5 na primeira metade do século, e 17 na segunda. A elevação do número a partir de 1850 teria pelo menos duas explicações concomitantes. O enriquecimento da região Sudeste com o café, na segunda metade do século XIX, despertou as famílias de fazendeiros para uma educação mais cuidadosa de seus rebentos, num momento justamente em que o desenvolvimento das comunicações marítimas tornava menos perigosas as viagens. Estas duas circunstâncias teriam aumentado a quantidade de jovens de países europeus que partiam para o Rio de Janeiro.¹²

De acordo com o levantamento efetuado nos textos da Antologia, num total de 153 viajantes recenseados nesta, somente 71 fizeram referências às mulheres de cor. Charles Expilly se destacou sobre os demais, seguido por Jean Baptiste Debret e, em menor quantidade, por Raoul Walsh. Uma grande quan-

(10) — MOREIRA LEITE, 1984. p. 28-29.

(11) — Entre estes, destacou-se o mesmo Charles Expilly, que viera para o Rio tentar a fundação de uma escola normal, o que não conseguiu realizar e de que guardou grande mágoa. Mais tarde, depoimentos notáveis foram registrados por Ina von Binzer. Viera ela para o Rio de Janeiro em 1881, contratada por uma família de fazendeiros para lecionar aos filhos. Suas cartas, muito vivas, encerram saborosos relatos de como se vivia então. VON BINZER, Ina. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo, Ed. Anhembi, 1956. Uma segunda edição foi efetuada mais tarde, sob o título *Os meus romanos*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Foi esta a edição utilizada por Miriam Moreira Leite.

(12) — MOREIRA LEITE, 1984. p. 23-24.

tidade de viajantes — 31 — apenas se referiu a elas menos de quatro vezes. Estas constatações são significativas. Realmente, as mulheres negras e mulatas constituíam uma parte invisível da população, aos olhos dos viajantes.

No entanto, quantidade não é conteúdo; alguém que somente tenha falado uma vez sobre elas pode dar a respeito uma informação essencial. Por isso se dá ênfase novamente à necessidade de uma cuidadosa pesquisa em todos os viajantes. E isso porque, embora visualizadas poucas vezes, elas estavam constantemente em contato com os viajantes, uma vez que todo o serviço doméstico estava a seu cargo, onde quer que eles se hospedassem, e que o embaçamento de todas as atividades que fossem exercer certamente exigiria pelo menos algumas tarefas femininas. É interessante investigar se as negras e mulatas livres seriam *mais vistas* do que as escravas.

Há que indagar também: teriam sido elas *vistas* pelos romancistas nacionais da época? O cotejo constituiria sem dúvida um tema importante de pesquisa, para se verificar se elas estariam fazendo parte do círculo de visão dos autóctones. Aliás, nota Miriam Moreira Leite que a própria mulher branca, e principalmente a mulher branca de camada inferior, escapou igualmente às observações dos viajantes. Novamente se coloca a questão de se perscrutar uma fonte de informações que parece tão parca.

Em termos de investigações científicas, porém, nenhuma decisão negativa pode ser tomada *a priori*, sem uma sondagem preliminar. É o que pretende efetuar este trabalho, não na totalidade do universo dos viajantes, porém, como se tem dito e repetido, em termos de uma amostragem que fosse significativa; é verdade que a Antologia coligida por Miriam Moreira Leite não se dirigiu às mulheres negras e mulatas do Rio de Janeiro, e sim às mulheres cariocas em geral. E é por isso que se empreende esta sondagem.

Um outro problema a ser resolvido diz respeito ao período de tempo — quase um século — que se estende dos viajantes mais antigos até a Abolição, isto é, 1888. As observações efetuadas por viajantes do início do século XIX, no Rio de Janeiro, se referem a uma cidade ainda colonial, pouco desenvolvida, com uma vida pacata; o quadro muda com o tempo, e na segunda metade a atmosfera urbana é já totalmente diferente. Diante desta constatação, considerou-se a necessidade de analisar os textos dos viajantes dividindo-os com apoio na cronologia.

É sempre difícil fazer de imediato uma divisão de períodos históricos com base sociológica, e a arbitrariedade é comum na determinação de limites entre um período e outro. No caso dos viajantes do século XIX, há uma circunstância que pode facilitar a separação: uma nítida mudança se operou no Rio de Janeiro com a abertura dos portos em 1808, por D. João VI: houve uma invasão maciça de estrangeiros que aqui vieram se estabelecer, principalmente ligados à exportação-importação, e substancialmente ao domínio da moda. Concomitantemente foram se transformando, com o passar dos anos, os hábitos e comportamentos das famílias de mais posses, que foram penetrando também, na medida do possível economicamente, em camadas menos favorecidas.

Esta transformação está registrada nos romancistas da época; nada é tão diferente do Rio de Janeiro de Manuel Antonio de Almeida, em seu livro *Memórias de um sargento de milícias*, quanto o Rio de Janeiro de Joaquim Manoel de Macedo em seu romance de tão grande sucesso *O moço loiro*. O estilo de vida burguês fora espalhando-se pouco a pouco pela cidade colonial, afastando os velhos relacionamentos, os antigos costumes.¹³ E ao que parece, esta transformação se operou mais depressa ainda do que em Portugal. O via-

(13) — Veja esta análise em PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo, org. *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973.

jante Thomaz Lino d'Assumpção, em 1876, durante sua estada, observava que nas famílias de posses se vivia no Rio de Janeiro "um pouco à inglesa (...) livre de qualquer das incômodas familiaridades que se dão entre nós (portugueses)"; apontava como um dos defeitos do seu próprio país, "a interminável parentela que acompanha um indivíduo", gente pouco conhecida da família mas, porque são parentes, "se julgam com o direito de repreender ou puxar as orelhas dos nossos filhos". E comenta como que num suspiro: "Felizmente no Brasil não se dá isto".¹⁴ Quem folhear o romance de José de Alencar, publicado em 1872, *Sonhos d'ouro*, encontrará descrições que corroboram inteiramente este modo de vida de gênero inglês, em famílias de comerciantes brasileiros.¹⁵

Quando em 1850 ocorreu a extinção do tráfico, o novo gênero de vida burguês, que não se apoiava mais nos grupos de vizinhança e sim nas diferenciações econômicas e profissionais do gênero "classes sociais", estava perfeitamente instalado e sedimentado no país.¹⁶ De um ponto de vista sociológico, esta data marca melhor as transformações na sociedade do que a mudança de costumes e mores, isto é, do estilo de vida; ela diz respeito a um primeiro abalo sério da estrutura sócio-econômica vigente, embora minado por alguns transportes clandestinos de escravos que continuaram existindo durante certo tempo. Constituiu sem dúvida uma primeira vitória dos abolicionistas e se refletia certamente nas outras camadas. Os escravos não deixavam de ter conhecimento dela, e podiam legitimamente pensar que estavam surgindo os albores de uma nova era. As leis sucessivas que durante cinqüenta e sete longos anos foram sendo votadas e culminaram com a Lei Áurea mostram a existência no país de uma corrente de opinião que foi se avolumando e que mais e mais colocava ênfase nas terríveis condições de existência do escravo.¹⁷ É lícito supor, portanto, que a partir de 1850, as menções de escravos e de como viviam se amoldariam nos livros dos viajantes; o clima de crescente efervescência a seu respeito, reinante no país, chamaria forçosamente a atenção deles para circunstâncias tão dramáticas.

2. 1800-1850: referências de viajantes às mulheres negras e mulatas

O levantamento efetuado se limitou a separar, na Antologia organizada por Miriam Moreira Leite, aqueles viajantes que se referiam a mulheres negras e mulatas. No período citado, muitos deles se contentaram apenas em registrar o que viam, sem maiores comentários, enquanto outros apresentavam de algum

(14) — D'ASSUMPÇÃO, Thomaz Lino. *Narrativas do Brasil: 1876-1880*. Rio de Janeiro, Livraria Contemporânea de Faro & Lino, 1881. O texto vem citado em MOREIRA LEITE, 1984, p. 46.

(15) — ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier Ed., s.d. 2v.

(16) — PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro/S. Paulo, LTC/USP, 1978. Veja especialmente "Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros".

(17) — Leis sucessivas, ora seguidas, ora não, marcaram o processo de abolição dos escravos, no Brasil, a partir de 1831; pois nesse ano, ainda durante as regências, foi votada uma lei declarando livres todos os escravos introduzidos no Brasil a partir desta data, mas não foi de forma alguma cumprida. Em seguida, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz aboliu o tráfico; diante das desobediências frequentes, uma lei em 1854 dava à marinha brasileira poderes para perseguir e punir os negreiros que persistissem na atividade proibida. Em 1864, o governo libertou os escravos que estivessem a seu serviço, e, em 1866, todos os que fossem combater no Paraguai. Em 1869, uma outra lei proibia separar marido e mulher, impunha um limite de idade para a venda das crianças e interditava vender escravos em leilão público. Dois anos depois, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre libertava os filhos de mulher escrava nascidos a partir dessa data. Em 1884, as províncias do Ceará e do Amazonas, assim como vários municípios do Rio Grande do Sul, decretaram a libertação dos escravos que habitassem em seus territórios. Em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe trouxe a liberdade aos maiores de 65 anos. Finalmente, a 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, extinguindo a escravidão no Brasil.

modo uma opinião. Do total de 30 viajantes, somente 4 se referiram a negras e mulatas livres.

As descrições sem dúvida alguma têm também muito valor; assim, as de Adèle Toussaint Samson descrevendo os trabalhos de uma dona-de-casa carioca em 1815 discordam da opinião então corrente de que a carioca seria "preguiçosa e conserva-se ociosa todo o dia". Nada mais errôneo, diz a autora; as cariocas o que não queriam era ser apanhadas fazendo algum trabalho... Porém, se a autora opina sobre as senhoras, apenas enumera os trabalhos das escravas. Pela manhã, por exemplo, eram distribuídas as tarefas pelas senhoras; então as cariocas estavam sempre "presidindo à fabricação de doces, arrumando-os em tabuleiros de pretos e pretas que os levavam a vender pela cidade"; em seguida, distribuem "tarefas de costuras às mulatas, pois quase todos os vestidos das crianças, do dono e da dona-de-casa são cortados e cosidos em casa. Fazem ainda lenços e guardanapos de ponto de crivo que mandam também vender".¹⁸ O dia-a-dia das escravas se encontra assim elucidado. Mas uma observação se depreende também dos termos empregados: o mais pesado, que era o trabalho de rua, cabia às negras (equiparadas neste caso aos negros); enquanto o trabalho de costura e bordado, mais delicado, ficava reservado às mulatas. A cor da pele se apresentava aqui como fator de diferenciação e de ascensão social no interior da própria camada escrava, corroborando o que já havia sido notado noutros documentos.¹⁹

Todavia, muito mais ricas são as informações que ultrapassam as constatações e se encontram envolvidas em comentários. O comentário pode ser breve, como o de Walsh diante de um mercado de escravos: "A cena que se apresentou era muito repugnante para os sentimentos europeus".²⁰ Mas pode ir muito além e apanhar o clima geral da cena; assim, o texto de Ruschenberger, que em 1825 traça um verdadeiro quadro do que presenciou: "Quando visitei esse mercado, vi os pobres escravos sentados em bancos, trinta ou quarenta juntos (...) Enquanto eu estava observando um desses barracões de vida humana, uma mulher, seguida por dois criados, fixou o olhar num deles e, após examiná-lo bem, como um *jockey* prático com o seu cavalo, indagou o preço. O mercador mandou o individuo levantar e fazer diversos exercícios para demonstrar que seus movimentos eram perfeitos. Tudo isso transcorreu com a mesma indiferença, ou mais, que a demonstrada geralmente numa compra de um par de luvas".²¹

Não registrou o autor desdém ou repulsa por parte da compradora; aos olhos dela, o negro que estava comprando não era encarado como um objeto vil ou indigno de atenção. O termo utilizado pelo autor — *indiferença* — vai mais além: o que a compradora estava vendo constituía, para ela, uma *parte normal* da natureza social, uma característica como que *inata* e inseparável da sociedade em que vivia. Imagine-se o caminho a ser percorrido a partir desse momento (1831), para que senhores e senhoras de escravos chegassem a considerar os escravos como *gente*...

O mesmo Ruschenberger, em sua narrativa, dá uma notícia certamente auspiciosa; ao voltar ao mesmo local em 1831, "procurei em vão pelo mercado de escravos (...) Por consentimento amplo do mundo cristão, cessou o tráfi-

(18) — TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Viagem de uma pariziense no Brasil: estudo e crítica dos costumes brasileiros por Mme. Toussaint-Samson (sic)*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Constit. de J. Villeneuve & Cia., 1883. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 44.

(19) — PEREIRA DE QUEIROZ, 1976.

(20) — WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829 by The Rev. R. Walsh LL.D.M.R.I.A.* London, Frederic Westley and A.H. Davis, 1830. 2 v. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 96.

(21) — RUSCHENBERGER, William Samuel Waithman — *Three years in the Pacific; including notices of Brazil, Chile, Bolivia and Peru by an officer of the United States Navy*. Philadelphia, Carey, Lea & Blanchard, 1834. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 96.

co de escravos; contudo, disseram-me que tem havido importação clandestina desde 1830".²² A luta iniciada em 1825 por José Bonifácio e alguns outros deputados, em prol da abolição, dera um primeiro passo de que em 1831 se sentiam os primeiros efeitos. Durante o período das regências, fora estabelecido um acordo entre o Brasil e a Inglaterra, estipulando que o tráfico deveria se estender somente até 1830. Com certeza o autor se referia a tal acordo, que levava ao desaparecimento do mercado que havia conhecido, acordo que na verdade não foi cumprido. De qualquer modo, começava, já em 1831, a ser dificultada a existência de mercados de escravos — primeiro indício de que a *indiferença* dos brancos, notada pelo autor em 1826, estava em 1831 não abalada ainda, mas combalida.

No entanto, mesmo os viajantes que no período citado fazem observações sobre o que vêem, não se limitando somente a descrever, raramente falam de mulheres escravas; o mais freqüente é que se refiram aos escravos em geral, as mulheres ficando englobadas no genérico. Destaca-se o Conde de Suzannet que, em 1845, descreve a "situação moral da população de origem portuguesa", afirmando que "a corrupção dos costumes no Brasil é coisa por demais conhecida" para que se citem exemplos. Deplora a condição feminina das camadas superiores pois, casando-se cedo, as damas perdem rapidamente "seus atrativos", e os maridos "apressam-se em substituí-las por escravas negras ou mulatas". Segundo ele, "a imoralidade dos brasileiros é favorecida pela escravidão e o casamento é repellido pela maioria, como um laço incômodo e um encargo inútil. Disseram-me que há distritos inteiros em que só se encontram dois ou três lares constituídos. O resto dos habitantes vive em concubinato com mulheres brancas ou mulatas. Muitas vezes acontece que um senhor, tendo abusado de uma jovem escrava, vende-a quando engravida; outros, ainda mais desavergonhados, conservam os próprios filhos como escravos, e estes infelizes, quando morre o pai, são vendidos sem se poderem prevalecer de sua origem".²³

Em 1821, Rugendas já havia observado quão dolorosa era a separação entre pais e filhos: "quando se vendem escravos, raramente se tomam em consideração os laços de parentesco. Arrancados a seus pais, a seus filhos, esses infelizes explodem às vezes em gritos dolorosos (...)"²⁴ Certamente seriam as mães as mais afetadas por tão traumático afastamento. Estes trechos, tanto o de Rugendas quanto o posterior, do Conde de Suzannet, são de grande importância porque revelam — e reprovam — o modo de vida habitual não apenas de uma camada social mais elevada, porém de todos os livres, isto é, da chamada "população de origem portuguesa".

Em 1843, a Baronesa E. de Langsdorff, observando os comportamentos cotidianos no interior de uma família abastada, espantava-se com características inesperadas que o convívio revelava. Recebida pela dona da casa, Mme. de St. Georges, sentou-se com esta numa espécie de varanda, onde ficaram rodeadas "de papagaios, de beija-flores em gaiolas de junco, de negros e negras deitados no chão (...). Era bem estranho o aspecto daquela sala povoada assim. Nunca me senti tão longe da Europa. O que me intrigou foi sobretudo a peculiaridade das relações existentes entre essas pessoas todas. As crianças eram tratadas pela senhora com doçura excessiva, e tinham mais liberdade diante dela do que teriam as nossas criadas diante de nós. As negras maiores também entravam e saíam com um ar negligente, sem se preocupar se estavam pertur-

(22) — Id., id. In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 96.

(23) — SUZANNET, Conde de (L. de Chavagnes). *O Brasil em 1845: semelhanças e diferenças após um século*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1957. In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 43-44.

(24) — RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 5a. ed. S. Paulo, Livr. Martins, 1954. 2v. (Biblioteca Histórica Brasileira). In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 37.

bando a senhora. (...) Ao lado dessas negras havia um jovem branco, que dirige a casa de Mme. de Saint Georges (...) com a fisionomia que os brancos daqui adquirem no trato com os negros: um ar de zombaria inteligente, atrevida e petulante. Estava também sentado no chão, brincando com os negrinhos, ordenando com um tom imperioso às negras que avivassem, com um pequeno fole, um fogareiro...²⁵

O sentido explícito deste texto vai além da simples descrição; ele permite captar a ambigüidade existente na sociedade carioca, se por ambigüidade se entende, na linguagem corrente, aquilo que não é claro, que semeia dúvidas justamente porque apresenta diversos significados e sugere várias possíveis interpretações. Deste texto está excluída a crueldade, que fora detectada no texto sobre o mercado de escravos. Mas a *indiferença* notada pelo viajante Ruschenberger estava plenamente presente; as entradas e saídas das negras, os negrinhos brincando em torno da dona-de-casa, estavam ali encarados com indiferente tolerância pela dona da casa. A dominação era acompanhada de desprezo, que se notava no rosto do jovem administrador branco; desprezo, isto é, a conotação de que se tratava de gente vil, indigna de maior atenção. Note-se que este não era o sentimento espelhado pela dona da casa, cuja indiferença era indulgente; o desprezo se manifestava na expressão do jovem branco, que era de camada inferior à da patroa. Indício que não é de desdenhar e que mereceria ser aprofundado num outro trabalho.

Comentário muito interessante também foi o da viajante Ida Pfeiffer, em 1846: "No Brasil, todos os trabalhos sujos e penosos da casa ou de fora são feitos por negros, que aqui, em geral, representam a camada mais baixa. Contudo, muitos aprendem ofícios e diversos tornam-se muito hábeis em sua arte, a ponto de poder se comparar aos europeus mais capazes. Nas oficinas eu vi os mais diferentes negros ocupados na confecção de trajes, sapatos, obras de tapeçaria, bordados a ouro e prata, e mais de uma negra, muito bem vestida, trabalhava em *toilettes* para as mulheres mais elegantes e nos bordados mais delicados. Muitas vezes pensei sonhar ao ver essas pobres criaturas (...) ocupadas em lojas e em oficinas em trabalhos que exigiam muita atenção. (...) Nas classes que habitualmente denominamos de esclarecidas, existem pessoas que, após tantas provas de destreza e de inteligência dadas pelos negros, ainda os colocam tanto abaixo dos brancos, que mal os consideram como uma transição entre o macaco e o homem. Admito de boa vontade que, com relação à instrução, não se aproximam dos brancos; apenas creio que não é preciso procurar a causa em sua falta de inteligência, mas na falta completa de educação. Não existe escola para eles, não recebem qualquer instrução; numa palavra, não se faz coisa alguma para desenvolver suas faculdades intelectuais. São mantidos de propósito numa espécie de infância, segundo velho hábito dos Estados despóticos, pois o despertar desse povo oprimido poderia ser terrível".²⁶

A livre circulação das crianças e das negras escravas pela casa do senhor, observada pela Baronesa Langsdorff, significava menos ainda do que a posição de tuteladas; equiparava-as à posição dos animais de estimação no recesso do lar. A indiferença era por assim dizer genérica, isto é, se voltava para os escravos como totalidade; não excluía em absoluto que relações individuais afetuosas pudessem se desenvolver.

(25) — LANGSDORFF, Baronne E. de — *Journal de la Baronne E. de Langsdorff relatant son voyage au Brésil à l'occasion du mariage de S. A. R. Le Prince de Joinville: 1842-1843; illustré par A. Brennet Peintre de la Marine.* Paris, Les Amis des Musées de la Marine, 1954. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 60-61.

(26) — PFEIFFER, Ida. *Voyage d'une femme autour du monde par Mme. Ida Pfeiffer, membre honoraire des Sociétés de Géographie de Paris et Berlin et Amsterdam; traduit de l'allemand avec l'autorisation de l'auteur par W. de Suckau.* Paris, Librairie de L. Hachette et Cie., 1858. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 71.

Todavia, o texto da Baronesa Langsdorff mostrava que estes trabalhos domésticos penosos não excluíam uma convivência em que laços de outro tipo do que os de uma dominação consciente e grandemente autoritária poderiam se criar, e em que mesmo laços individuais afetuosos pudessem se desenvolver entre senhores e escravos. Pelo contrário, a própria familiaridade era propícia à expansão de carinho e amizade, de apegos duráveis e profundos. Continuando sua descrição, admirou-se a Baronesa da situação da escrava Inês, "governanta" da casa: "sua Senhora, que gosta muito dela, declarou-a completamente branca e tomou-a como companheira inseparável. Não a deixa em casa e, muitas vezes, leva-a ao teatro".²⁷ Vê-se que o romance *A escrava Isaura*, cuja primeira edição datou de 1875, não foi tão fantasioso assim...

A diferença entre os comentários de Ida Pfeiffer e da Baronesa Langsdorff está em que cada uma se coloca numa perspectiva diversa. Ida Pfeiffer fala de modo genérico dos escravos e das escravas, isto é, encara-os em sua totalidade, e desse ponto de vista somente se capta o que há de geral, isto é, a dominação e suas formas características. A Baronesa Langsdorff relata o que viu no cotidiano; avultam então as relações pessoais, e a dominação poderá até mesmo estar encoberta por outros laços que se tornem preferenciais. Ela não deixa de existir, mas não se expressa do mesmo modo.

Há que notar ainda no texto da Baronesa o significado da cor negra, identificando as posições sociais mais baixas, de tal modo que Mme. Saint Georges apregoava aos ventos a branquidão de sua escrava Inês, que lhe permitia colocá-la num nível mais elevado dentro da camada escrava — não apenas o nível de "governanta" da casa (portanto ocupando posição de mando), porém indo mais além e transformando-a em amiga. Estas relações não seriam possíveis se Inês tivesse cor e acentuados traços negróides.

Como se vê, uma análise em filigrana do texto torna-se mais reveladora do que a simples apreciação do que narraram explicitamente os viajantes. Esta observação reforça uma opinião apresentada anteriormente: os viajantes merecem certamente estudos aprofundados. No entanto, menções de negras e mulatas livres são raras e se apresentam em geral como simplesmente narrativas. Assim, em 1817 o viajante João Emanuel Pohl se encantou com a festa de S. Benedito em Angra dos Reis, organizada pelos negros livres daquela vila, a qual descreve com deleite. Tratava-se do padroeiro deles, e se esmeravam então por realizá-la com a maior suntuosidade possível. No cortejo, notou o "negro disfarçado em imperador, com uma coroa de papel dourado na cabeça, um cedro de madeira dourada na mão, envolto num manto de seda", cuja cauda era sustentada por um menino; cercavam-no vários dignatários. Em seguida vinha "em traje oriental, ornada de turbante, a imperatriz negra com o seu séquito feminino".²⁸

Não são ultrapassadas descrições chãs como esta, ou como a menção de Jean Baptiste Debret, um pouco antes, em 1816, referente às vendedoras ambulantes de frutas, das quais, explicou, as mais ricas eram chamadas quitandeiras; "em sua maioria, essas negras acabam casando com negros livres operários, com os quais vivem regularmente; muitas outras servem de mulheres a operários brancos, que nunca mais se separam delas".²⁹ Ou ainda os comentá-

(27) — Id., id. In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 61.

(28) — POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1827* e publicada por ordem de sua majestade o imperador da Áustria Francisco I, por João Emanuel Pohl, doutor em Medicina, Conservador do Real e Imperial Gabinete de História Natural e do Real e Imperial Museu do Brasil, em Viena. Cavaleiro Imperial da Ordem Brasileira do Cruzeiro do Sul, Ed. de Viena, 1837. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, I.N.L., 1951 (Coleção Obras Raras — III). In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 152.

(29) — DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 3a. ed. S. Paulo, Livr. Martins Ed., 1954. 2v. (Biblioteca Histórica Brasileira). In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 97.

rios de Walsh, que em 1928 deu mais alguns detalhes sobre as vendedoras livres, pertencentes ao que definiu como "uma classe de pequenos comerciantes". Aproximou-se ele de uma das negras de quem comprou alguns doces, ficando "impressionado com a modéstia e a propriedade de suas maneiras..."³⁰ Esta simples descrição leva a uma segunda leitura: a admiração do viajante significava que modéstia e propriedade de maneiras não era, para ele, algo que se pudesse esperar de uma negra.... Resta saber se já teria trazido consigo o preconceito de seu país, ou se absorvera o preconceito encontrado no ambiente carioca e brasileiro.

Talvez a resposta a esta dúvida seja trazida por um outro viajante europeu, Carl Schelichthorst, oficial austríaco, autor do livro *O Rio de Janeiro como é — 1824 — 1826 (Huma vez e nunca mais!)*; fala ele de uma jovem mulata de 17 anos, que vivia "com decente liberdade em companhia de sua mãe, uma crioula gorda" e que possuía algumas escravas, as quais constituíam a sua riqueza. Eram as escravas o seu capital, "que crescia com um bando de moleques, de tempos em tempos aumentado pela extraordinária fertilidade das negras..." Ao encontro com a jovem, deveu ele "minhas horas mais agradáveis no Rio de Janeiro". Reconhecia que a moça "não era, em verdade, de sangue puro como a Europa exige para sua pretensa fidalguia racial; mas era uma moça boa e simples..." Solteira, "tinha um amigo tropeiro, que andava com uma tropa de mulas por Minas Gerais e vivia com ela quando vinha ao Rio de Janeiro"; dele tivera uma filhinha. E o autor como que se desculpa: "Peço ao bondoso leitor que encare essa ligação do ponto de vista brasileiro. Num país onde existe a escravidão; onde a diferença de pele não limita as inclinações, mas põe empecilhos convencionais para o casamento legal entre a gente de cor e os que ainda conservam um preconceito trazido às plagas americanas pelo orgulho europeu dos primeiros descobridores; onde as conseqüências de uma ligação desigual se apresentam sob os mais variados aspectos; onde os costumes, os exemplos e até a indissolubilidade do matrimônio, que a religião ordena, favorecem o concubinato; onde a própria Constituição concede aos filhos naturais privilégios sobre os nascidos do casamento legal; e onde mesmo nunca se cogita de nódoas de nascimento no sentido europeu, semelhante ligação não é considerada indecente ou vergonhosa para qualquer das duas partes..."³¹

Este depoimento mostra que, no que dizia respeito aos indivíduos livres e de condição modesta, os preconceitos que impediam o matrimônio entre gente de cor diferente provinha da Europa e se abrandava no Brasil. Acresce que não vingara aqui o enorme preconceito europeu contra os filhos bastardos; nem mesmo esta denominação pejorativa permanecera corrente no País, e a apelação mais usual de "filho natural" designava os havidos fora do matrimônio legal.

Qual o significado desta parcimônia de referências às negras e mulatas livres nos relatos de viajantes? Como *livres* perdiam elas a conotação de exotismo que chamava a atenção e levava ao registro dos comportamentos das escravas?

Informação importante é a de que escravas constituíam o "capital" da mãe e da filha, que viviam da venda dos moleques gerados por elas. A jovem era mais clara do que sua mãe e talvez pudesse passar por branca; a mãe, mais es-

(30) — WALSH, *op. cit.* In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 98.

(31) — SCHELICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é — 1824-1826 (Huma vez e nunca mais!)*. Contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Rio de Janeiro, Zelio Valverde Ed., 1943. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 57.

cura, era então designada como "crioula". Muito tranquilamente ambas exploravam a prostituição de suas escravas, vendendo os rebentos resultantes. Mãe e filha seguiam os costumes de certas senhoras brancas da época, reveladas bem mais tarde por Bernardo Guimarães em seu romance *Rosaura, a enjeitada* e datado de 1883. A origem étnica não trazia nenhuma solidariedade ao grupo de mulheres de que tratou Schelichthorst; estavam elas inexoravelmente separadas pelas condições de livres e de escravas. Estas condições permitiam que mulheres ostentando em seus traços a influência do sangue africano tivessem o domínio sobre outras que provinham da mesma origem. A estrutura de poder se alicerçava nitidamente em função da condição legal e não em função da cor.

A primeira vista, é de admirar a parcimônia de referências às negras e mulatas livres nos relatos dos viajantes. Talvez uma resposta plausível fosse a de que, como *livres*, tendo os mesmos costumes das mulheres das demais camadas inferiores livres, perdiam o exotismo que chamava a atenção e levava ao registro de comportamentos e hábitos das escravas e de seu relacionamento com os senhores brancos. Fossem elas ou não muito numerosas na população livre carioca, fundiam-se na mesma devido à semelhança de modos de agir. Noutras palavras, tendo a condição das mulheres brancas de poucas posses, as negras e mulatas livres não atraíam os olhares dos viajantes. Estes últimos estariam provavelmente, em suas observações, dominados pela sua condição de europeus de classe elevada ou média: o exotismo é que lhes atrairia a atenção porque diverso de sua terra. Encontravam o exotismo que existia em dois níveis opostos: o das senhoras e o das escravas. As camadas baixas livres, de qualquer etnia, escapavam assim de seus reparos.

3. 1851-1888: referências de viajantes às mulheres negras e mulatas

No período acima, foram também encontrados, na Antologia de Miriam Moreira Leite, tantos textos meramente descritivos, quantos outros de variado teor quanto à posição e relacionamentos das escravas com a família dos senhores. Ambos dominantes em quantidade, somente um autor disse algo sobre negras e mulatas livres, que pareceram assim atrair muito pouco a atenção dos viajantes.

As descrições não deixam de ter, é claro, seu valor informativo e elucidativo; porém nada dizem da reação dos viajantes diante do fenômeno da escravidão, limitando-se a registrar a existência, os comportamentos, os hábitos das escravas. Quando muito se pode perceber às vezes, pela utilização de determinados adjetivos e construções de frases, uma atitude de espanto ou de reprovação do que existe. Procurou-se, porém, neste trabalho, detectar mais claramente a atitude do próprio viajante diante do que estava presenciando, que permitisse talvez chegar a uma primeira apreciação do que seria o clima geral da época relativamente à escravidão e às relações entre etnias, fora do Brasil. A falta de comentários é por si só significativa; ela sugere que não existiria da parte do viajante nenhuma censura ao que estava presenciando. Não se torna necessária nenhuma demonstração a respeito; mas a inferência que se deduz não pode ser apresentada ainda senão como hipótese.

A maioria dos viajantes deste período se localiza na década de 50; ainda encontram uma fase em que o tráfico clandestino se operava com vigor, pois somente depois desta década a caça aos navios negreiros parece se intensificar. É de então que o tratamento outorgado aos escravos teria melhorado nas fazendas e cidades, uma vez que o valor deles foi crescendo proporcionalmente às dificuldades de obtê-los: era preciso agora cuidar melhor da preciosa força de trabalho existente.

Como se trata do Rio de Janeiro no universo pesquisado, as referências ao trabalho da roça são poucas; John Candler e Wilson Burgess, em 1852, registraram em seu livro aspectos das fainas numa fazenda de café. O que narram tem sua importância acrescida pelo fato de que os autores redigiram seu texto como um relatório sobre a escravidão a ser apresentado à Religion Society of Friends, de Londres, que finalmente o publicou. Os autores buscaram ser objetivos no relato.

Entrevistaram o proprietário e afirmam: “não tivemos razões para duvidar que os escravos, vistos como bens móveis, com um corpo para alimentar e nutrir, mas sem mente ou espírito para cultivar, eram dirigidos por uma espécie de mão ponderada. As crianças pequenas pareciam receber atenção de amas, na ausência das mães; quando queriam casar-se, o casamento era encorajado; cada mãe que tivesse tido seis filhos, seria libertada. As mães tinham licença para amamentar seus filhos e eram retiradas do trabalho da lavoura por dois anos completos, depois de cada parto, para fazer trabalhos ao redor da casa, onde sempre existe muito a fazer. Não tivemos oportunidade de ver a rotina da fazenda, no que se refere às operações gerais ou para verificar se cada escravo é forçado a um trabalho excessivo; mas podemos testemunhar que os que vimos, pareciam em boas condições. Todavia, houve alguns contrapesos neste quadro ameno”. Os contrapesos eram, no serviço da roça, a presença de um “condutor” (sic) armado de chicote e um feitor com uma vara pesada, que, segundo supuseram, deviam “forçar o trabalho”. Além disso, no paiol, de noite, lá estavam os escravos “batendo espigas de milho, à luz de candeeiro, o que parece duro demais para as pobres criaturas, depois de um dia de trabalho na roça”.³²

Seria elucidativo conhecer todo o relatório destes viajantes, pois provavelmente trará informes de peso para o conhecimento da vida de escravos e escravas nessa época. A origem dos dois viajantes sugere uma questão: teriam sido eles, durante o século XIX, os únicos enviados por sociedades religiosas ou beneficentes para verificar o tratamento dado aos escravos? Pelo menos na relação levantada por Miriam L. Moreira Leite, foram os únicos desse tipo. Uma pesquisa deveria ser efetuada em sedes de tais associações na Europa, em busca de possíveis outros relatórios.

Os livros de Charles Expilly, publicados em 1852 e 1853 tiveram na época grande repercussão dentro do Brasil e certamente constituem textos a serem cuidadosamente rastreados quanto às informações. O autor pretendeu retratar duramente uma realidade que lhe trouxera decepções na realização do que almejava: fundar uma escola normal — o que não conseguiu. Na opinião do tradutor, o livro é “um libelo tremendo contra a escravidão, cujos martírios o autor denuncia”.³³ A respeito de escravas, na Antologia coligida por Miriam Moreira Leite figura somente o texto referente às amas-de-leite. A profissão, diz ele, é altamente desejada pelas jovens escravas, que “não têm outra preocupação além de ser mães”. Ele diagnostica verdadeira “idéia fixa”, explicável, porque então a escrava “é alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou uma mucama” e passa a gozar de privilégios extraordinários. Por um lado, este bom tratamento é justificado: “uma rusga, um arrufo, uma indisposição, um simples mal-estar podem influir na qualidade do leite. Se a ama franze as sobranceiras, se faz um muxoxo, o pai e a mãe trocam olhares inquietos...” Mas, por outro lado, era também “questão de amor-próprio”, prin-

(32) — CANDLER, John & BURGESS, Wilson. *Narrative of a recent visit to Brazil*, by John Candler and Wilson Burgess to present and address on the slavery, issued by the Religion Society of Friends, London, Ed. Ward Marsch, Friend's Book and Tract Depository, 1853. In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 136.

(33) — EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. 1a. ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, trad., pref. e notas de Gastão Penalva, 1935. p. 5-6.

principalmente para os comerciantes da cidade, "ter uma ama-de-leite que ostente um luxo insolente", uma vez que tal luxo "exprime a prosperidade da casa" e, assim sendo, torna "pública a verdadeira situação econômica do patrão".

O trecho retrata a insensibilidade e o senso prático da escrava ama-de-leite, que não se preocuparia com a situação do próprio filho, mas buscaria antes de mais nada conforto e bem-estar. Pois, "colocada numa boa casa, o senhor, durante a gravidez, lhe reserva os trabalhos mais leves. Após o parto, a rapariga vê suas camisas destruídas e suas roupas velhas distribuídas aos companheiros, enquanto seu guarda-roupa é renovado e recebe enxoval novo..." A realização deste sonho guardado constante das jovens negras — "eis o primeiro benefício da maternidade". O autor vai mais longe ainda em suas explicações quanto ao comportamento das amas-de-leite: "como se vê, elas têm mil razões para apreciar essa existência dourada durante a qual os papéis se invertem, pois os brancos obedecem e as negras comandam".³⁴

Todavia, o mesmo Charles Expilly, ao dedicar este seu livro à filha Marthe, revela outra face do comportamento das amas-de-leite negras e mulatas escravas: "Minha querida filha; como tua mãe, nasceste no Brasil e uma escrava deu-te a beber o seu leite. Eras bem criança quando, após dolorosas provações, deixamos o país. Assim, não deves ter guardado a mais vaga lembrança da tua mãe preta. Dai, como te poderias recordar do *discurso de despedida* que ela murmurou ao teu ouvido, antes de separar-se de ti? Ela pedia-te, entre lágrimas, como se pudesses compreender, que nunca te esquecesses daquela que todos os dias te embalava nos braços e te fazia adormecer no seio. E se algum dia fosses rica, que a comprasses para ser só tua".³⁵

Charles Pradez, em 1872, reforça este último aspecto das relações das amas, sobre o qual pouco se detera Expilly. Conta que necessitando de uma delas, verificou: "Uma coluna do Jornal do Comércio se enche todos os dias de anúncios de aluguel de amas-de-leite; para quem sabe do que se trata, cada linha representa um drama íntimo, a história do naufrágio de uma afeição santa ou indica uma cruel separação; cada anúncio significa lágrimas, luto e desespero!" Indicaram ao autor uma parteira que se encarregava de alugá-las, e ele foi à sua procura. A senhora chamou uma escrava e lhe disse: "Chegue aqui, minha filha (...), você pode dizer que tem sorte! O senhor aqui precisa de uma ama e veio buscar você; você vai para uma boa casa, com um belo jardim, todos os vestidos da senhora, alimenta o menino branco, lindo como um anjo e ainda recebe, de presente, dinheiro! que beleza!" No entanto, a linguagem sedutora não fez efeito; o autor viu a escrava "transtornada de dor, duas lágrimas silenciosas rolando pelas faces", e respondendo a seguir: "E meu filho, que vai ser dele? Vou abandoná-lo?" A parteira respondeu: "... não comece a criar caso, agora, com o teu filho; você sabe muito bem que o senhor tomará conta dele, vai enviá-lo para o campo, onde nada lhe faltará."

Pradez manifestou sua revolta diante deste fato corriqueiro e cotidiano: "Tirar o filho de sua mãe! não é atroz? pois é! fale-se de emancipação diante de algumas pessoas mais ou menos interessadas em manter a ordem atual das coisas e elas responderão que é utópico, visionário, que os operários europeus são muito mais infelizes que os negros etc. etc. Belo argumento! então se é preciso que a miséria seja extirpada da sociedade européia, antes de procurar libertar os escravos, estes terão de esperar muito tempo!"³⁶ Pelo texto de Pradez, observa-se também que a sociedade da época já encerrava duas divisões:

(34) — Id., id. In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 91.

(35) — EXPILLY, 1935. p. 9.

(36) — PRADEZ, Charles. *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris, Ernest Thorin Ed., 1872. In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 94-95.

os não-abolicionistas e os emancipadores, e que estes seriam já bastante numerosos.

Quando comparado com o de Pradez, os textos de Charles Expilly parecem revelar certo descompasso nas suas opiniões; pois ao mesmo tempo que retrata o desespero da mãe preta ao se separar da filha do autor, também admite que a situação de ama-de-leite era uma profissão das mais almeçadas pelas escravas. No entanto, o que os relatos espelham é a contradição que realmente existia no interior da sociedade, o que o torna muito mais interessante. Revela o direito e o avesso das situações, pois sem dúvida alguma era muito doloroso para a jovem escrava ser obrigada a se separar de seus filhos, tanto os verdadeiros quanto os de criação; porém também não deixava de ter atração para ela uma existência cheia de privilégios, durante a qual se tornava foco de atração e de preocupações de toda uma família. Novamente se observa a necessidade de analisar a hierarquia interna da camada escrava, as diversas posições sociais, que encerrava, assim como seu entrelaçamento com a camada livre em seus variados níveis (pois também existiam) para se ter uma noção mais exata do que ocorria. Quando e como ocorriam circunstâncias, como no caso das amas-de-leite, que levassem a escrava a se sentir gratificada com a possibilidade de comandar até mesmo indivíduos livres? Até que ponto essa possibilidade, ainda que remota, contribuiria para minar a solidariedade interna da camada escrava? Um trabalho preliminar já pode ser encontrado a respeito, que precisa ser aprofundado.³⁷

Mas não são somente as descrições e as opiniões explícitas dos viajantes que se tornam elucidativas. Muitas vezes o tom das observações também mostra aspectos válidos. A citação extraída do livro de Virginie Léontine B..., datado de 1857, começa de maneira muito significativa: "Voltemos a nós, felizes mortos, que temos a felicidade de ser brancos". E conta que, na casa em que estava hospedada, ao se dirigir ao quarto de dormir, depois de um banho bem preparado e de um excelente jantar, tropeçou "numa esteira estendida no corredor, atravessada na porta," como explicou a dona da casa: "É o leito da negra, colocada a seu serviço (...) vocês sabem, ela estará à sua disposição noite e dia". A hóspede agradeceu, mas prometeu a si mesma "não perturbar o sono da pobre mulher, a não ser por necessidade imperiosa".³⁸ Não é o fato em si que está em jogo aqui, mas a opinião da viajante européia que transparece na maneira irônica de redigir o acontecido. Além de serem rastreados dados nas narrativas dos viajantes, há portanto uma outra leitura a ser efetuada, que se refere à forma adotada pela autora para transmitir a notícia; leitura minuciosa, que deve apanhar em filigrana, no texto, seu modo de pensar.

Ina von Binzer, a professorinha alemã que, a partir de 1881 e durante vários anos esteve como governanta em famílias brasileiras de projeção, não se preocupa apenas com a situação dos negros. Suas cogitações se dirigem também para o que farão os escravos depois da abolição. Observa que todo e qualquer trabalho "é realizado pelos pretos, toda a riqueza é adquirida por mãos negras". A Lei do Ventre Livre não abolira a escravidão, como se acreditava na Europa; apenas, a partir desse dia, "ninguém mais nasceria escravo no Brasil". Assim sendo, aquele que "viviu como cativo, assim permanecerá até a morte, até o resgate ou até a libertação". Além desta enorme falha, a lei referida trouxera uma outra consequência inesperada. É que os pretinhos nascidos a partir daquele momento "não têm nenhum valor para seus donos, senão o de comidões inúteis. Por isso não se faz nada por eles, nem lhes ensinam, como antiga-

(37) — PEREIRA DE QUEIROZ, 1976.

(38) — B..., Virginie Léontine. *Letres inédites sur Rio de Janeiro et diverses esquisses littéraires*, par Melle. Virginie Léontine B..., Évreux, Imprimerie Litographique de Monier, 1972. In: MOREIRA LEITE, 1984. p. 133.

mente, qualquer habilidade manual, porque, mais tarde, nada renderão".³⁹ A autora tinha razão: desabituaados de trabalhar, largados nas habitações e nas fazendas, os rebentos dos antigos escravos não possuiriam habilitações para exercer ofícios ou fazer trabalhos, e estariam condenados, portanto, praticamente à condição de uma espécie de lumpemproletariado ou à vagabundagem, quando se operasse a abolição. E em muitos lugares foi o que de fato se deu. Neste período, com relação às negras e mulatas livres, somente uma referência foi encontrada nos autores pesquisados, e dizia respeito às prostitutas. O texto data de 1887 e é de autoria de Moritz Lamberg. Descreve o autor a vida familiar da época, a falta de instrução feminina em geral, a educação das jovens de mais posses sendo em geral efetuada em conventos de origem francesa e estando o destino das jovens casadoiras de camada média e alta determinado pelos pais. Aborda em seguida o problema da "rapariga das classes mais baixas do povo, que só em casos raríssimos aprendem a ler e a escrever, cresce em absoluta liberdade e é abandonada completamente aos seus instintos naturais". Por isso, a maioria "sucumbe à sedução muito cedo, de sorte que há mulatas que aos onze ou doze anos já são mães". Um "fato curioso" surpreendeu o autor: a "influência antes favorável" que tal fato exerce "sobre o seu caráter e o seu espírito. Quando abandonadas por seus sedutores e forçadas a traficarem com seus encantos, fazem-no, não de um modo vergonhoso e repugnante como as suas semelhantes em outros países que se aviltam e se degradam, mas com certa dignidade". E isso apesar do gosto delas pelos divertimentos ser muito grande; "a música, o canto, a dança, o carnaval e também as festas populares da igreja fazem-nas perder realmente a cabeça" e gastam, para participar, seu dinheiro em vestuários. Mas o gosto pelas festas não é pernicioso; "a sua vida doméstica não deixa de ser sossegada, decente, confortável e até mesmo um tanto honesta; essa honestidade não é fingida; provém antes do tato natural da mulher". Nas grandes cidades, porém, "os maus exemplos dados pelas muitas cortesãs européias (...) estragam os seus costumes primitivos".⁴⁰

Neste texto está explícita a comparação com as meretrizes européias "que se aviltam e se degradam", segundo diz ele. Aliás, em 1876, Thomaz Lino d'Assumpção encontrara no Rio de Janeiro, em ruas de baixo meretrício, "poucas negras, algumas mulatas, grande número das nossas mulheres do Minho e Douro, e abundância das Ilhas". Detém-se ele também nos problemas das prostitutas brancas, e observa que se, na cidade carioca, "a prostituição não é hedionda, nenhuma porém se encontra que mais descarada e atrevida".⁴¹ Cotejando este texto com o de Moritz Lamberg, dá para supor que a decência e a honestidade das prostitutas de cor estariam ligadas à sua pequena quantidade e, provavelmente, ao pouco prestígio que teriam junto aos homens livres, de qualquer categoria. Aliás, estas observações corroboram a que fora efetuada por Carl Schelichthorst mais de 60 anos antes, sobre a decência e o recato de mulatas que se prostituíam.

Não esquecer, porém, que a escravidão continuava existindo e que o homem branco de algumas posses tinha sempre escravas ao seu dispor. A prostituição de brancas tendia a ser de nível mais elevado, como notaram Thomaz Lino d'Assumpção e Moritz Lamberg. Procuradas, festejadas, valorizadas, as prostitutas brancas, nos vários níveis sócio-econômicos que eram os seus, segundo revela o relato de Moritz Lamberg, podiam tranqüilamente ostentar comportamentos chocantes e atrevidos. Nas cidades grandes encontravam

(39) — BINZER, Ina von. *Os meus romanos*: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 95.

(40) — LAMBERG, Moritz. *O Brasil* (ilustrado com gravuras). Rio de Janeiro, Edictor Lombaerts-Typographia Nunes, 1895. 2v. In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 87.

(41) — ASSUMPTÃO, Thomaz Lino d', *op. cit.* In: MOREIRA LEITE, 1984, p. 117 e 118.

melhores oportunidades e, com seu exemplo nefasto, "desencaminhavam" por assim dizer as prostitutas negras e mulatas.

Por que os autores citados na Antologia de Miriam Moreira Leite nada mais referiram sobre as demais negras e mulatas livres encontradas no Rio de Janeiro? Nelas nada encontraram de extraordinário que merecesse atenção? É possível. Noutras palavras, elas estariam tão integradas na massa de homens e mulheres livres de categoria inferior que não despertariam a atenção. Porém, não se deve esquecer que não foi pesquisada a respeito a grande soma dos viajantes, e que este texto é apenas um levantamento-piloto; outras pesquisas deverão ser efetuadas para melhor esclarecimento do problema.

Conclusão

No início deste ensaio, algumas questões haviam sido levantadas quanto à validade de se utilizar viajantes e seus testemunhos para se conhecer como se configuraria a situação de mulheres negras e mulatas no Brasil do século XIX, e especialmente no Rio de Janeiro: tendo passado rapidamente pelas regiões do país, suas observações não seriam demasiadamente apressadas para serem completas? Acresce que, muito amavelmente recebidos, poderiam se sentir tolhidos para efetuar relatos por demais acusatórios, deixando de revelar opressões e crueldades. Finalmente, seus preconceitos de europeus e sua classe social não permitiriam senão a captação de pequena fatia dos fatos sociais, escapando os dados de camadas inferiores. A rápida análise aqui efetuada indica serem válidas algumas destas afirmações. Realmente, os preconceitos e a visão do europeu comandam as observações e os relatos; porém, nem sempre produzem efeitos nocivos, mas constituem, ao contrário, um enriquecimento para os dados levantados, que se tornam duplamente reveladores. Além disso, nem mesmo a melhor observação do mais experiente e arguto dos sociólogos é completa; os pesquisadores são todos limitados em sua maneira de ver a realidade, que nunca pode ser apanhada de modo completo. Portanto, as narrativas dos viajantes devem ser submetidas aos cuidados e às críticas que se deve ter com qualquer documento a ser utilizado nas Ciências Sociais, inclusive a observação direta de sociólogos e antropólogos.

Dizer que teriam os viajantes registrado somente os aspectos amáveis das relações entre as etnias, principalmente quanto à relação entre senhores e escravos, não foi isto verificado na amostra analisada neste ensaio. Pelo contrário, desde os textos dos primeiros viajantes, brutalidade, desumanidade, até mesmo ferocidade estão presentes, sejam ou não denunciadas por eles; inscrevem-se em suas descrições. O que se busca nas narrativas é o fato, em primeiro lugar, e ele ali está; o julgamento do autor é um outro dado, que pode ou não estar presente. Porém, neste caso, tanto presença quanto ausência são revelações que não são de desdenhar, muito pelo contrário, porque denunciam o modo de pensar de quem as pronunciou ou não. A partir da amostra analisada, a utilidade da fonte é irrecusável.

A rápida vista d'olhos por alguns textos de viajantes, funcionando como pesquisa-piloto, serviu primeiramente para se verificar sua utilidade como fonte de conhecimentos sobre a época. Fonte que se averiguou ser composta de dois acervos bastante distintos: 1) as informações explícitas, constantes de descrições e narrativas dos comportamentos e relacionamentos observados pelos autores; 2) as inferências que o pesquisador vai desentranhando, através da análise dessas informações, que tanto revelam dados implicitamente contidos na narrativa, quanto opiniões e pontos de vista do viajante. O enunciado que ele dá a certas frases, a composição dos parágrafos, o tom irônico, admirativo, indignado mostram que existe, subjacente ao texto explícito, uma comparação com o que se passava na Europa, nessa mesma época, isto é, na pátria do via-

jante. Esta segunda face dos dados é, sem dúvida, muito rica, porque desvenda ao mesmo tempo a realidade com que o viajante se está defrontando, mas também sua opinião, seu modo de pensar, por sua vez reveladores de como se passavam as coisas em seu país de origem. Desta maneira, tornam-se presentes nos textos, além da realidade nacional, também os preconceitos e os complexos dos europeus.

Os comentários atrás se referem aos conteúdos dos relatos de viajantes em geral. No entanto, a questão a ser investigada era particular; mais reduzida ainda do que a pesquisa da condição feminina carioca, o interesse deste trabalho se voltava para um aspecto ainda mais específico, o da condição de negras e mulatas, tanto livres quanto escravas. A separação em duas categorias — livres e escravas — corresponde ao conhecimento que de antemão se possui sobre o grupo a ser estudado. Sabe-se que a situação da escrava era muito diversa da situação da negra livre. Uma historieta encontrada em livro de recordações merece ser citada aqui: a filha alforriada no batismo, economizando para alcançar a liberdade da mãe e recebendo um “não” a cada vez que se apresentava com o dinheiro pedido; a desculpa era sempre a mesma — tratava-se de “escrava de estimação, que conhecia os sestros e as mazelas da senhora, que não podia passar sem ela...”⁴² Ser “escrava de estimação” podia representar, como se vê, antes um entrave do que uma melhoria de vida. Quando ocorria um ou outro caso? Cada caso seria um caso, ou haveria certas recorrências que permitissem formular alguma norma? Perguntas até agora sem resposta. Em todo o caso, a historieta, em seus detalhes, mostra o contraste dos movimentos livres da filha, que consegue até partir para o Rio de Janeiro, quando a mãe é levada para lá, e a situação de total dependência da mãe.

As referências às mulheres negras e mulatas não foram tão abundantes, nos textos dos viajantes, quanto as que diziam respeito às senhoras brancas; mostraram-se os autores mais preocupados com elas do que até com as próprias escravas. O exotismo representado pelas escravas não parecia chamar tanto a atenção quanto a maneira de se comportar das senhoras de camada superior. Tratar-se-á neste caso de não se possuir senão uma amostra aleatória de viajantes? A situação mudará se uma pesquisa profunda for efetuada? Não há resposta possível neste trabalho.

Mas é possível pensar também que havia aqui uma limitação de horizonte visual do europeu de classe social média ou elevada que, em contato com uma sociedade diferente da sua, fixa a atenção naquilo que lhe parece mais extraordinário com relação ao comportamento de “gente”. E “gente” seria para ele a camada superior. Era nesta que procurava o que se lhe afigurava *anormal* — o normal constituído, é claro, pelo que ocorria em idêntica camada social de *sua* sociedade de origem. Haveria todo um problema a ser investigado sobre as razões pelas quais negras e mulatas não figuram em relatos de viajantes com a frequência que, dentro das maneiras de ver, atuais, seria de se esperar que ocorresse. No entanto, as escravas ainda atraem alguns comentários, enquanto negras e mulatas livres muito mais raramente — e esta circunstância parece se repetir nos dois períodos analisados.

No início destas indagações, supôs-se que haveria diferenças na apreensão da realidade pelos viajantes da primeira e da segunda metade do século XIX. Justamente na segunda metade, após a extinção do tráfico, a pregação abolicionista fora se intensificando, criando um clima muito particular no país, que poderia, sem dúvida, influir na maneira de ver dos viajantes. No entanto, notá-

(42) — ABRANCHES, Dunschee de. *O captiveiro: Memórias*. Rio de Janeiro, s. ed., 1941. p. 9-15. “D. Evarinta Serra, sua senhora, desculpava-se sempre de não lhe dar a liberdade pelas suas próprias mãos ou pelas ofertas de outros, dizendo que a bella mulata era a mais preciosa e estimada das suas joias...” (p. 10).

vel uniformidade parece haver entre as duas épocas. Não se trata da unidade de pontos de vista dos viajantes, que pelo contrário são os mais variados. Trata-se de uma maneira de olhar e relatar que parece semelhante, talvez devido à busca de certa objetividade no narrar; e isto tornava mais raros os que, além de observar, comentavam. A falta de uma indignação maior e mais clara com a situação dos escravos é também notória em toda a amostra, tanto na primeira metade do século quanto na segunda. Também as conseqüências das diversas leis, no decorrer dos 57 anos que medeiam entre a lei de 1831 (que não foi obedecida) e a Lei Áurea de 1888, não foram objeto de qualquer referência por parte da maioria dos viajantes que figuraram na amostra. Somente Ruschenberger, em 1831, em relação à primeira lei de extinção do tráfico, e Ina von Binzer, em 1881, com seus reparos sobre a Lei do Ventre Livre e suas conseqüências — lei que ocorrera dez anos antes. Talvez haja mais comentários sobre a maneira de serem tratados os escravos na primeira fase aqui examinada, do que na segunda.

Esta última constatação talvez encontre sua razão de ser no fato de que, muito provavelmente, a partir da extinção do tráfico e com a subida indiscutível de preço do braço escravo, maiores cuidados tenham sido tomados para a sua preservação, pois os senhores deveriam então zelar melhor por um “pedaço” de sua propriedade, cujo desgaste poderia ser desastroso para as atividades agrárias. John Candler e Wilson Burgess, em 1852, em seus relatos sobre a fazenda de café que visitaram,⁴³ dão a entender que o proprietário estava consciente do que representava para ele esse “bem móvel” que era o escravo, e como tomava certos cuidados para poupá-lo — muito especialmente as mulheres procriadoras, que eram melhor tratadas quando grávidas, ou com filhos pequenos. Isto é, opressões e crueldade provavelmente se haviam abrandado, não por um sentimento de humanidade, e sim devido ao medo de perdas e gastos de reposição.

Não esquecer também que este ensaio não analisou senão uma amostra aleatória do conjunto de viajantes que aqui veio ter durante o século XIX. Nada faz pensar que os textos estudados tenham sido os mais indicados, os mais ricos para esclarecer as questões propostas no início. Cada vez mais parece indispensável, realmente, um grande levantamento e um estudo crítico de todos os viajantes (ou pelo menos de sua grande maioria) para testar as sugestões que aqui estão registradas, inclusive a utilidade ou não de se analisarem os dois períodos do século XIX ligados à escravidão — dois períodos em que também se inscrevem dois estilos de vida sucessivos para as grandes cidades existentes, e principalmente para o Rio de Janeiro, então a capital do país. Não é crível que a grande diferença entre dois tipos de sociedade como as encontradas no Rio de Janeiro do século XIX não tenha repercutido na narrativa dos viajantes, a qual este breve estudo não teve condições de captar.

Para melhor compreender as observações dos viajantes, seria necessário, como já se disse, verificar também quais os costumes e os valores do país de que provinham, quais os preconceitos que traziam consigo. A falta deste conhecimento pode induzir o estudioso a pensar que modos de ver e de agir dos viajantes oriundos de “países civilizados” seriam muito diferentes dos da sociedade que vinham enfrentar, e poderiam até mesmo ser mais semelhantes aos valores *atuais* nacionais. No entanto, a dúvida é cabível: haveria realmente dissemelhança muito grande nas maneiras de pensar das burguesias “esclarecidas” do Rio de Janeiro e nas que existiam nas grandes cidades européias dessa época?

A falta de uma indignação maior dos viajantes com a situação dos escravos brasileiros no período estudado, a falta de condenação clara e explícita do que

(43) — MOREIRA LEITE, 1984, p. 178.

estavam presenciando indicaria existir da parte deles algo mais do que ilusão, falta de informação ou polidez para com gente hospitaleira que os recebera bem. Não esquecer que o preconceito racial imperava então na Europa e que é desta época a obra do Conde de Gobineau, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*.

Seria também de se sugerir um levantamento a partir de arquivos de sociedades européias beneficentes desse século, para se verificar se não teriam existido outras, além da Religion Society of Friends, de Londres⁴⁴, que enviassem emissários para saber o que aqui era encontrado, como o fizera esta. Aliás, em 1886, Hastings Charles Dent, membro da Manchester Literary and Philosophical Society, publicara o livro *A year in Brazil*, em que, ao anunciar o elenco de informações variadas que colhera (finanças, religião, meteorologia, história natural, etc.), menciona "notas sobre a abolição da escravidão".⁴⁵ Que dirá o autor nestas suas notas?

Chama a atenção a maneira pela qual John Candler e Wilson Burgess efetuaram suas observações: a partir de entrevista com o proprietário da fazenda e do que "ouviram", e bem menos do que foram diretamente olhar ... Teriam sido impedidos pelo proprietário? E por que não dizê-lo no relatório, apresentando tão longe do local onde haviam permanecido? O relatório data de 1853, quando a Inglaterra se empenhava em perseguir, nos mares, os traficantes de escravos, e, ainda mais, exercia pressões sobre os países americanos onde a escravidão existia, para que a nefanda atividade fosse extinta. A narrativa de fatos mais gritantes, com comentários expressivos, daria bases para uma intensificação do combate que estava sendo travado em prol da libertação geral dos negros nas Américas. A leitura do relatório completo poderá esclarecer estas dúvidas.

O exame dos modos de pensar difundidos, nessa época, pela Europa ilustrada podem também trazer uma explicação complementar ao que se notou. É verdade que o afã pela abolição se iniciou, na Inglaterra, mais ou menos na década de 30; porém, tal luta não significava a anulação, e nem mesmo o desaparecimento paulatino do preconceito racial nesse país e outros congêneres. Data de 1859 a publicação, na Inglaterra, da obra *A origem das espécies por via de seleção natural*, de Charles Darwin, que, juntando-se com o evolucionismo de Herbert Spencer (o qual começou a definir com maior precisão o termo em sua *Gênese da ciência*, publicada em 1854), deu as bases para as concepções de que as transformações de uma espécie viva em outra se faziam através do tempo e por etapas. Estas idéias vinham se ajustar a noções muito mais antigas de história, que afirmavam a existência de uma modificação paulatina das sociedades humanas, composta de fases mais ou menos desenvolvidas; algumas sociedades podiam se deter nesta ou naquela fase, enquanto outras prosseguiam sua marcha futura.

Nessa mesma segunda metade do século XIX, a industrialização se encontrava sedimentada em determinadas regiões da Europa, e difundia-se a partir delas a crença na superioridade da raça branca, que parecia tão evidente. Em conseqüência, adensavam-se preconceitos contra os demais grupos humanos, principalmente contra os que apresentassem traços físicos inexistentes no chamado mundo ocidental. Esta dissemelhança era associada ao tipo de civilização que tais grupos apresentavam, que passavam a ser qualificados de selvagens, de bárbaros, de atrasados, etc. Assim, transformismo e evolucionismo, partindo de pontos de observação muito diversos, convergiam e reforçavam as

(44) — MOREIRA LEITE, 1984. p. 177.

(45) — GURVITCH, Georges. *Dialectique et sociologie*. Paris, Flammarion Éditeur, 1962. p. 189 e seguintes.

teorias históricas das sucessivas "idades" da civilização ocidental e ofereciam bases para correntes de pensamento nitidamente preconceituosas.

A Inglaterra, estendendo pelo mundo um grande império comercial, procurava aumentar mais seu mercado incorporando todo o tipo possível de população; daí sua luta pela abolição da escravatura e seu desejo de transformar em mão-de-obra assalariada todos os trabalhadores possíveis, que assim disporiam de alguns meios para consumir. Contrariando nesse momento essa tendência, um intelectual francês, o Conde de Gobineau, veio muito a propósito reforçar as bases "científicas" que justificavam a supremacia de povos industrializados sobre os demais. Em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1853, pretendeu ele demonstrar a inegável superioridade da raça loira, dolicocefala, sobre as demais raças humanas e apontou seu habitat: a Inglaterra, o norte da França, a Bélgica — justamente as regiões mais industrializadas. Aparentemente contraditórias, essas duas ações, uma no plano econômico e prático, a outra no plano intelectual e teórico, eram na verdade convergentes. A partir desse momento, na Europa, o preconceito racial se afirmou com novo rigor, enfeixado em teorias que mais tarde o romancista inglês Rudyard Kipling (1865-1936) resumiria na concisão de seu conceito do "fardo do homem branco", cuja missão era mostrar aos povos atrasados de outras etnias o caminho do progresso ...

Essas influências atravessaram os mares e se fizeram sentir também entre os intelectuais e cientistas brasileiros que, da década de 70 em diante, se mostram extremamente preocupados com o ônus que a existência de outras etnias na sua sociedade representaria para o progresso do país. Os melhores exemplos são Sylvio Romero e Raymundo Nina Rodrigues, cujo afã em definir uma "cultura brasileira" encontrava o que consideravam o óbice dos acervos de civilização provenientes de povos considerados pelo menos bárbaros. O desprestígio dessas civilizações, juntando-se ao temor do que poderia sobrevir com a libertação dos escravos, embebe-lhes as idéias em nitidos preconceitos raciais. O reflexo desses preconceitos seria encontrado igualmente em pelo menos alguns viajantes constantes da Antologia.

Em breves linhas delineou-se o clima intelectual europeu em que se haviam formado os viajantes. Dir-se-á que, em sua maior parte, não foram intelectuais, mas profissionais de variada proveniência e de camadas sociais diversas, como notou Miriam Moreira Leite. No entanto, as teorias, que formam como que atmosferas nas coletividades, não ficam adstritas aos pequenos círculos intelectuais em que se originaram; de maneira ainda não suficientemente esclarecida, elas se difundem pelos diferentes níveis da sociedade, segundo um peneiramento cujos fatores podem ser os mais variados. E que melhor impulso para sua difusão do que a *prova científica* da superioridade de uma sociedade sobre as demais? Numa coletividade como a brasileira, em que os brancos compunham a camada dominante, tais idéias vinham assegurar e fortalecer o predomínio deles sobre os demais níveis sociais. Para os nacionais e para os viajantes, essas idéias condiziam com a *natureza social*, tal como concebiam e que acreditavam piamente ser a única não-deturpada ... Provavelmente seria esta uma das razões da falta de maiores manifestações de indignação registradas nas narrativas.

Apesar de falhas e omissões, os relatos dos viajantes não são, portanto, de desdenhar e nem de deixar de lado, quando se trata de efetuar estudos sobre negras e mulatas durante o século XIX, no Brasil. Uma análise cuidadosa certamente trará novos dados aos acervos existentes e poderá sugerir investigações em rumos ainda não cogitados. Para o aproveitamento dos dados dos viajantes, e deixando de lado qualquer pesquisa mais específica, três grandes perspectivas diferentes seriam propostas. A primeira, fundamental, seria o rastreamento de todos (ou quase todos) os viajantes que perambularam pelo Brasil

afora, com breve exposição de sua contribuição, que constituísse uma espécie de grande catálogo dos mesmos, mas um catálogo em que as linhas gerais de suas contribuições fossem apresentadas. A segunda seria a identificação de todos os viajantes por meio de pequena biografia que indicasse idade, formação intelectual, nível socio-econômico, razões da viagem ao Brasil e outros detalhes de interesse. A terceira seria o rastreamento das informações mais importantes, distinguindo as simples narrativas daquelas que encerrassem opiniões pessoais, ideologias, justificativas de variado tipo, teóricas ou não, tanto explícitas quanto implícitas, as quais denunciasses o modo de ver dos autores. Enorme trabalho, porém esclarecedor e trazendo sem dúvida contribuições insuspeitas para a compreensão da sociedade da época. Todas essas pesquisas seguiriam uma seriação cronológica e uma divisão por regiões.

Aliás, essa maneira de proceder deveria ser adotada todas as vezes que se buscasse nos viajantes informações a respeito deste ou daquele episódio ou tema a ser esclarecido. A distinção por temas significaria um outro e novo aproveitamento dessas fontes, agora erigidas não mais apenas em repositório de informações, mas transformadas em reais objetos de estudo. Na verdade, as pesquisas gerais acima sugeridas, que são de realização difícil, poderiam ser partilhadas em várias pesquisas menores, relativas a diversos itens que se pretendesse aprofundar, e que poderiam constituir excelentes motivos para teses universitárias. A pouco e pouco seriam então elucidadas as posições dos viajantes referentes a vários problemas, e a reunião de todos estes trabalhos parciais acabaria por construir o conjunto das grandes pesquisas de que se falou no parágrafo anterior.

A análise de relatos de alguns viajantes revelou contradições e desconspasos tanto nas informações de um mesmo autor quanto em dados oferecidos por um autor e outro. É esta sem dúvida a contribuição mais importante que pode trazer uma investigação qualquer, e ainda, mais esta, que não ultrapassa o âmbito de uma pesquisa-piloto preliminar. As contradições não devem dar lugar à incriminação pura e simples das narrativas, acusando-as de pouco objetivas ou até mesmo de falsas. Outra suposição seria mais útil e fecunda: a de que a realidade que se estava descrevendo seria ela mesma ambígua, encerraria muitas e variadas contradições e não apenas ao nível dos comportamentos entre senhores e escravos.

Tratando-se de camadas opostas, por definição haveria contradições; mas não foi sempre o que aconteceu, e a história da "governanta" Inês mostra que a dialética entre ela e a senhora podia não ser a da contradição e sim a que Georges Gurvitch definiu como "de ambigüidade"

Ponto muito importante a ser elucidado: quais as contradições e as convergências entre negros e mulatos livres de um lado, e de outro lado negros e mulatos escravos? A narrativa de Carl Schelichthorst a respeito da jovem Beata e da respeitável crioula sua mãe, que viviam do *produto* das várias escravas que possuíam e cuja fertilidade lhes proporcionava bem-estar, mostra a contradição das relações no interior das próprias etnias. Na verdade, dentro da própria camada escrava imperavam as contradições. Novamente o exemplo da "governanta" Inês vem à baila: qual seria o seu relacionamento com os iguais em cativeiro, porém diferentes em posição social? Pois ela era a companheira de todos os momentos da senhora, levada até a freqüentar teatros. Em todas estas análises, não esquecer que a parte livre da sociedade e também a parte escrava estavam subdivididas em níveis os mais diversos, cujo relacionamento se dava em ritmos comandados por todos os tipos de contradições, de convergências, de ambigüidades, de ambivalências. Mas todos estes problemas têm sido pouco estudados; somente os casos flagrantes de luta têm merecido uma atenção mais constante e aprofundada, como se o dia-a-dia fosse sempre composto de desafios e de ajustes de contas, e não houvesse, muito mais numerosos, acor-

dos de variado tipo... O diagnóstico dos desencontros e das convergências então existentes contribuiria para se conhecer melhor não apenas a estrutura e os relacionamentos sociais, mas também valores, comportamentos, sentimentos, muitos deles ainda vigentes na sociedade brasileira de hoje...*

Recebido para publicação em 20 de novembro de 1987

ABSTRACT

The narratives of travelers can be particularly useful when the definition of the first problems are being searched, in a research field still unexplored; it is the case of the relationship among Black and mulatto women in Brazil, during the 19th Century. This essay shows the utility of these sources; it reveals also that in the interior of the slave's collectivity did exist different levels; it directs the attention, finally, to the kind of relationship that existed among Black and mulatto woman, when they were slaves and when they were free.

Travelers — Slave women — Ethnology — Racial preconception — Social stratification.



(*) — O levantamento e fichamento de dados para este trabalho foi efetuado pela pesquisadora Cintia M. Soares Monteiro, a quem se agradece a colaboração.